

Macau Plataforma da língua portuguesa na Ásia / Pacífico

Pág. 2/3



Língua Portuguesa
Intérpretes do PE
realizam Universidade
de Verão em Lisboa

Pág.3

**Arquitetos
portugueses
premiados em
Barcelona**

Pág.4

Revista Camões
dedicada ao
design português

Pág.4

**Lusa lança sítio
nos 40 anos das
independências**

Pág.4

Ensino da língua portuguesa Macau é plataforma para a região da Ásia/Pacífico

Um encontro de docentes da rede externa de formadores de língua portuguesa (LP) que trabalham em universidades de 8 países asiáticos realiza-se em setembro, em Macau, por iniciativa do Instituto Português do Oriente (IPOR), em articulação com o Camões, I.P. Numa altura em que o ensino do português conhece uma significativa expansão na China, o encontro, segundo o diretor do IPOR, João Laurentino Neves, pretende «mapear a situação da LP, partilhar experiências pedagógicas e metodológicas e analisar espaços de colaboração».

Na aparente banalidade da informação veiculada pelo diretor do IPOR está, no entanto, uma viragem no papel da instituição, criada em Macau em 1989, que tem como objetivo a difusão da cultura e da LP, enquanto «instrumentos de promoção das relações culturais, económicas e de cooperação entre a RAEM [Região Administrativa Especial de Macau] (e a República Popular da China) e Portugal».

A viragem decorre de uma deci-

ção da Assembleia Geral do IPOR – associação participada pelo Camões, I.P. (51%) e pela Fundação Oriente (44%), entidades fundadoras, às quais se juntam atualmente o BNU, a EDP, a SJM, a Hovione e a CESL-Ásia. Os associados «entenderam estarem reunidas condições para o IPOR voltar a adicionar à sua ação na RAEM uma intervenção num quadro regional, que tinha cessado em 2009». Um papel que o IPOR entende, segundo o seu diretor, «em articulação com as instituições da RAEM», participando em «programas e projetos que consolidem o estatuto da LP na RAEM e afirmem Macau como plataforma para a sua promoção na região Ásia-Pacífico».

PROCURA

João Laurentino Neves sublinha que se assistiu, «na última década, a um crescimento acentuado da procura e da oferta de formação em LP na China». O fenómeno – diz – está «associado à intensificação da cooperação e das relações comerciais entre a China e os países de língua portu-»

sa, com a aposta de empresas chinesas nas economias destes países, o que gerou um mercado para língua». «A associação entre as rotas da língua e as rotas dos negócios constitui um poderoso veículo de projeção da LP e um dos fatores centrais ao seu posicionamento estratégico no plano internacional», acrescenta.

Na China, haverá hoje em dia cerca de 30 instituições de ensino superior que oferecem o ensino da LP no seu plano de estudos (contra 4 há uma década), ensino esse assegurado por cerca de 100 docentes, abrangendo 1.800 alunos (contra cerca de 300 há dez anos).

É neste quadro que se entende o papel do IPOR, não só no território que Portugal administrou até 1999 como a partir dele. No dizer de João Laurentino Neves, «Macau retine um conjunto de condições que lhe conferem um papel preponderante na promoção e no ensino da LP na região». Desde logo, refere, pela missão que lhe foi confiada pelo governo chinês de «agir como plataforma de serviços entre a República Popular da China e os Países de Língua Portuguesa». A RAEM não só acolhe o Fórum para a Cooperação Económica e Empresarial entre a China e os países lusófonos, como dispõe de um «conjunto único de instituições onde é possível obter graus e certificações de LP e onde está é ministrada para fins diferenciados».

O diretor do IPOR sublinha que «há uma clara vontade política do

governo da RAEM em promover a LP e, mais do que isso, em afirmar Macau como essa plataforma de referência para a LP na região Ásia-Pacífico».

A existência de «recursos humanos qualificados no domínio do ensino do português como língua não materna e da investigação» permite ter, tanto um ensino de qualidade como «o desenvolvimento de ferramentas adaptadas ao contexto específico de aprendizagem da língua». Acresce que «a presença da LP em diversos serviços e áreas de atividade em Macau viabiliza o desenvolvimento de componentes de formação em contexto profissional ou profissionalizante», com destaque a tradução e interpretação.

A conjugação destes fatores coloca a RAEM «numa posição privilegiada para chamar a si um papel de relevo no ensino e na promoção da LP na China e na Ásia» e o IPOR, «no quadro da sua missão e à dimensão dos seus recursos», participa «em vários destes domínios de ação», autonomamente ou em parcerias e protocolos que estabelece com instituições na RAEM e em Portugal.

BALANÇO

No concreto, adianta o seu diretor, o IPOR promoveu, em 2014, 23 cursos com formatos, duração e destinatários variados, desde o curso para crianças ao curso geral, passando por formações para fins específicos

dirigidas a quadros da administração pública da RAEM (forças de segurança, bombeiros, Centro de Formação Jurídica e Judiciária, Instituto de Formação em Turismo, Serviços de Educação, Universidade de Macau, etc.) e de empresas. Esta ação é complementada com formação dirigida a docentes de LP da RAEM. No total, frequentaram as formações do IPOR em 2014 cerca de 4.100 formandos.

Segundo João Laurentino Neves, a oferta formativa assenta em três princípios: «que a marca IPOR seja sinónimo de qualidade, que as suas certificações estejam em linha com as boas práticas e os referenciais internacionais para a LP» e que responda às necessidades e aos objetivos que os cidadãos e as instituições da RAEM (e de Portugal) projetam para o português como língua de comunicação, de trabalho, de ciência ou de cultura.

O IPOR tem investido no reforço do quadro docente e das suas qualificações (11 docentes e 10 colaboradores externos), bem como no desenvolvimento de materiais e ferramentas que apoiem a formação oferecida e, num quadro mais geral, que promovam a intercompreensão entre o português e a língua chinesa, de que é exemplo o *Guia de Conversação Chinês-Português*, acabado de editar pelo instituto.

O IPOR mantém por outro lado contactos com instituições na RAEM

A aposta do Governo da RAEM no ensino do português

O ensino da língua portuguesa em Macau está integrado no objetivo do Governo daquela Região Administrativa Especial (RAEM) de construir no território «um centro mundial de turismo e lazer» e uma «plataforma de serviços para a cooperação comercial entre a China e os países de língua portuguesa».

Para o efeito, o Governo da RAEM «aposta na formação de quadros bilingues qualificados, em chinês e português, empenhando-se na promoção do ensino do português e na formação de talentos em língua portuguesa», através de «fortes apoios», afirma numa entrevista escrita Vai Kei Leong, responsável na Direção dos Serviços de Educação e Juventude (DSEJ) de Macau.

A chefe do departamento de ensino da DSEJ lembra que a lei básica da RAEM permite o uso do português no território, onde é também língua oficial. A Lei de Bases do Sistema Educativo Não Superior estabelece assim que as escolas oficiais têm de disponibilizar aos seus alunos oportunidades de aprendizagem do chinês (mandarim e cantonense) e do português. Vai Kei Leong explica

que as escolas oficiais adotam uma das línguas oficiais (chinês ou português) como língua veicular, dando ainda oportunidade aos alunos para aprenderem a outra língua oficial, enquanto as escolas particulares têm de disponibilizar aos alunos a oportunidade de, pelo menos, aprenderem a outra língua oficial.

Referindo as medidas tomadas, a responsável da DSEJ lembra a abertura no ano letivo de 2009/2010, na Escola Luso-Chinesa Técnico-Profissional, do «curso de técnicas de tradução e interpretação na área luso-chinesa», para formar quadros bilingues qualificados, e o apoio concedido pela DSEJ ao longo dos anos às escolas particulares na organização de cursos de português. Em 2014/2015, um total de 27 unidades escolares requereu professores de português junto da DSEJ. De 1999/2000 até 2014/2015, o total acumulado de alunos bilingues em chinês e português formados nas escolas oficiais e particulares de educação regular e do ensino recorrente foi de 96.553.

Quanto aos currículos e materiais didáticos, a DSEJ

Ausente das ruas, mas presente por todo o lado

O português tem o estatuto de língua oficial na Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), por força da lei básica do território, em vigor até 2049. Mas, como reconhece João Laurentino Neves, diretor do Instituto Português do Oriente (IPOR), que desenvolve em Macau uma ação de promoção e difusão da língua e da cultura portuguesa, o idioma não se ouve nas ruas. Esse facto não deve, no entanto, constituir o principal critério de avaliação da situação, na opinião do diretor do IPOR. «Não é, de facto, língua materna da expressiva maioria da população, o que não significa que não esteja presente nas estratégias linguísticas (e profissionais) de um número crescente de pessoas e de organizações», garante.

Otimista é a visão que o professor universitário Carlos Ascenso André, coordenador do Centro Pedagógico e Científico da Língua Portuguesa do Instituto Politécnico de Macau, tem da situação do português na RAEM. Diz ele que «num território onde só há 4 mil portugueses (há 160 mil titulares de

passaportes portugueses, mas não é a mesma coisa), onde os macaenses, em grande parte, não falam português, poder ouvir português nos autocarros, a anunciar o percurso, poder ler o Boletim Oficial em português, encontrar os nomes das ruas em português e ter muitos milhares de pessoas interessadas em aprender português, isso só pode ser considerado de forma otimista».

O antigo diretor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra traça um quadro de forte vitalidade do português em Macau, referindo que «todas as instituições de ensino superior ensinam português; há uma escola portuguesa, onde há muitos alunos chineses; há muitos cursos livres de português; estes dados caracterizam uma situação de inequívoca pujança do português em Macau».

A língua portuguesa (LP) está presente na administração, na Assembleia Legislativa e nos tribunais, sendo o direito uma das áreas âncora da sua utilização. Um



Cidade velha de Macau

canal de rádio, um de televisão, 3 jornais diários e um semanário, para além de duas revistas periódicas são veiculados em LP, que figura na generalidade das publicações da administração, a par do Chinês.

Os censos de 2011 dizem-nos que o português é língua corrente (falada no contexto do agregado familiar) de 0,7% da população de Macau e que 2,4% do total da população com mais de 3 anos (estimada, então, em cerca de 540.000) a indicam como outra língua que sabem igualmente falar. As estatísticas de 2013 dos SAFF – Serviços de Administração e Função Pública referem que o português é língua materna de 1.464 dos cerca de 27.500 funcionários públicos e que 39% destes detêm competências em LP.

criou, em 2009/2010, na internet o plano de leitura em língua portuguesa para os alunos de todas as escolas; e em 2013, começou a financiar os alunos do

ensino secundário complementar e os professores que leccionam línguas para participarem, gratuitamente, em exames prestigiados de credenciação

de línguas, incluindo da língua portuguesa.

O Governo da RAEM está também a definir as competências básicas exigíveis na disciplina de



Aula do IPOR para alunos do Curso Geral

e em Portugal que têm ligações a universidades na China, no sentido de que a sua experiência e competência no Português como Língua Não Materna sejam consideradas em projetos de colaboração entre essas instituições. A realização de cursos para alunos chineses que vão estudar em universidades portuguesas resulta dessa concertação, bem como, sob a égide do Fórum para a Cooperação Económica e Empresarial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, a assinatura de protocolos de cooperação com instituições na China continental.

ESCOLAS E UNIVERSIDADES

Outras entidades têm um papel significativo em Macau no ensino da LP, cuja oferta curricular nos diversos níveis de ensino público se tem vindo a alargar, devido às orientações definidas pelo executivo da RAEM e à estratégia dessas instituições, considera o diretor do IPOR.

A LP é oferecida na rede de escolas luso-chinesas da Direção de Serviços de Educação e Juventude da RAEM, em 2 jardins-de-infância, 6 escolas primárias e 2 escolas secundárias. No ensino superior, o Departamento de Português da Universidade de Macau ofere-

português nos ensinos primário, secundário geral e complementar, bem como a promover a elaboração e edição de manuais em português e a rever os atuais, «tendo como referência o Quadro Europeu Comum de Referência para Línguas e as características de Macau».

FORMAÇÃO EM PORTUGAL

Entre outras medidas de promoção do português no sistema de ensino está a criação de prémios e de certificação e a organização, desde 2014, do 'plano de reforço da capacidade da língua portuguesa dos alunos do ensino secundário', bem como a subsídio da frequência de 'cursos de verão de língua e cultura portuguesas', tanto em Portugal como em Macau.

O Governo da RAEM tem ainda vários programas de bolsas que contemplam a formação, a vários níveis, em Portugal, de alunos de diversos graus em cursos de língua e cultura portuguesa e de Direito, «com o objectivo de formar quadros bilíngues qualificados em chinês e português».

No intuito de reforçar a formação de bilingues nestas línguas, em 2013/2014, a DSEJ lançou um plano de financiamento da frequência de cursos de docência de português e de línguas, subsidiando finalistas do ensino secundário

complementar na frequência, em Portugal, de licenciaturas em português e espanhol, mestrado em educação e licenciatura e mestrado em língua estrangeira aplicada. O plano conta, actualmente, com a participação de 33 alunos.

Quanto à formação de professores, a DSEJ coopera com instituições do ensino superior e outras instituições de formação de Macau, subsidia os docentes em estudos de aperfeiçoamento em Portugal e disponibiliza materiais pedagógicos.

São inúmeras as ações referidas pela responsável da DSEJ para a criar uma atmosfera de aprendizagem da língua portuguesa e encorajar a população a aprender português.

Segundo Vai Kei Leong, a DSEJ «tem mantido, de forma contínua, uma boa cooperação com Portugal e instituições de ensino de português em Macau, no âmbito do ensino e da promoção desta língua, incluindo a Escola Portuguesa de Macau e o Instituto Português do Oriente, encarregados da realização de cursos de português, facultando financiamento aos cidadãos para participarem nos cursos de português, ministrados naquele instituto e cooperando com a Casa de Portugal na organização de atividades de promoção da cultura e língua portuguesas».

ce licenciaturas e mestrados em que o português é língua veicular, tal como sucede nos cursos de Tradução e de Administração do Instituto Politécnico de Macau, onde foi criado há três anos o Centro Pedagógico e Científico da Língua Portuguesa, vocacionado para estudos e investigações centrados na LP e na formação de docentes de LP em universidades na China.

A esta oferta, João Laurentino Neves adiciona a que advém de instituições de Macau de matriz portuguesa – o Jardim D. José da Costa Nunes e a Escola Portuguesa de Macau, onde o português é língua veicular, bem como aquela que está sediada em instituições privadas a diversos níveis, caso da Universidade de S. José.

«Em todas elas, tal como no IPOR, se tem verificado um crescimento do número de alunos que resulta tanto do crescimento populacional de Macau como, sobretudo, do fluxo de estudantes oriundos da China continental. Um crescimento que apoia a afirmação de Macau como plataforma para o ensino da Língua Portuguesa nesta região do mundo».

O papel do Instituto Politécnico de Macau

O Instituto Politécnico de Macau (IPM), que possui o mais antigo curso de tradução chinês-português e português-chinês de toda a Ásia – herdeiro do velho curso da Escola Sínica, com mais de 100 anos –, é uma das instituições que mais se destaca naquele território no ensino da língua portuguesa.

Segundo o professor universitário Carlos Ascenso André, coordenador do seu Centro Pedagógico e Científico da Língua Portuguesa do, o IPM «está a apoiar a larga maioria das instituições de ensino superior da China continental onde se ensina português».

O IPM «produz materiais de apoio, mantém um portal, dá formação regular a docentes dessas instituições (...) e mantém regularmente um professor seu numa universidade chinesa, a leccionar português». «Nenhuma outra instituição mantém tão activo e permanente diálogo com as instituições da China continental em torno do Português», garante o catedrático português, que evoca ainda as parcerias do IPM com diversas instituições portuguesas.

Um dos cursos de tradução chinês-português e português-chinês do IPM é leccionado em parceria com o Instituto Politécnico de Leiria. Além disso, o IPM tem cursos de mestrado e doutoramento leccionados pela Universidade de Lisboa (4); mantém uma relação estreita com a Universidade de Coimbra; e serve de ponte no diálogo entre instituições do interior da China e instituições de ensino superior portuguesas. Com Moçambique, Angola, Cabo Verde e o Brasil mantêm também algumas cooperações estratégicas.

Intérpretes de português do PE realizam Universidade de Verão em Lisboa

«Lisboa foi escolhida para a Universidade de Verão (UdV) dos intérpretes de conferências que trabalham com a língua portuguesa no Parlamento Europeu (PE). Esta é uma das três universidades de verão organizadas em 2015 para os intérpretes do PE.

A Direção-geral de Interpretação de Conferências (DG Inte) do PE promove todos os anos uma/duas ações de formação para os intérpretes que têm na combinação das suas competências linguísticas um determinado idioma e cujos conhecimentos sobre a realidade do país ou países a que esses idiomas dizem respeito convém ser atualizada, para os ajudar no seu trabalho, explica Francisco Falcão, chefe da Unidade Portuguesa da DG Inte. Tratando o PE sobretudo de questões políticas, de atualidade, «toda e qualquer formação para atualizar esse conhecimento é benéfica para a qualidade dos intérpretes», sublinha Francisco Falcão, acrescentando que, com o Tratado de Lisboa, o PE ganhou novas competências, passando de entidade eminentemente política a entidade que trata também de assuntos técnicos, «o que muda o trabalho dos intérpretes». Segundo ele, no PE há ainda «uma componente que é cada vez mais marcante»: a negociação com a Comissão Europeia e o Conselho Europeu. Outro fator decorre do facto de, com o Tratado de Lisboa, «haver iniciativas legislativas para as quais o PE tem de entrar em contacto com os parlamentos nacionais, o que faz com que o trabalho dos intérpretes, no futuro muito próximo, seja feito em videoconferência».

A escolha de Lisboa para a edição de 2015 da UdV, a decorrer até 31 de julho no Palacete Seixas, sede do Camões, I.P., é justificada por Francisco Falcão pelas transformações ocorridas na cidade nos últimos anos, por nunca ter sido organizada nenhuma UdV em Lisboa e pela situação política que se vive em Portugal, com a proximidade das eleições. Francisco Falcão sublinha que à «grande mudança» dos últimos anos – turística, cultural e de ambiente – soma-se o facto de Lisboa ser «um lugar de encontro de várias influências», que por sua vez influem sobre a língua.

Os 30 participantes na UdV são intérpretes nativos de outras línguas da União Europeia que dominam o português e que o traduzem para os seus idiomas. Apenas a chefe da cabine eslovaca, Mira Petrovska, trabalha também do eslovaco para português. Falcão afirma que muitos dos intérpretes presentes na UdV têm muita experiência, por vezes de mais de 25 anos, e conhecem Portugal e outros países lusófonos. Mas outros nem tanto. O programa

da UdV tomou em consideração esses dois perfis. Os participantes não representam todos os idiomas dos países da UE, porque neste momento não há português em todas as 24 cabines correspondentes às línguas oficiais existentes na UE.

A primeira componente da ação de formação compreendeu o envio de fichas aos participantes sobre temas da atualidade política, económica e cultural. O programa da UdV, que à data de fecho desta edição estava previsto que fosse aberta a 20 de julho pela Presidente do Camões, I.P., Ana Paula Laborinho, compreende ainda conferências e visitas a instituições.

MULHERES

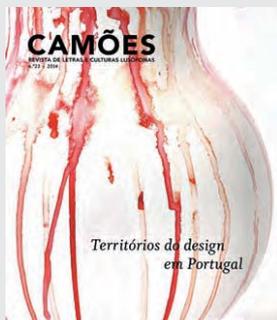
Convidados de várias áreas respondem às necessidades de informação dos intérpretes. Assim, «como os eurodeputados portugueses têm muita da sua atividade em determinadas comissões parlamentares», é dedicada maior atenção aos respetivos temas – agricultura, política externa – explica Francisco Falcão. E porque, na atual legislatura, a única vice-presidência portuguesa de uma comissão parlamentar ser a da comissão das mulheres – ocupada pela eurodeputada Inês Zuber (CDU) –, a organização convidou a integrar o leque de contactos uma associação que trabalha na integração das mulheres ciganas e uma representante de uma associação que desenvolve a sua atividade na luta contra a violência doméstica.

No programa, estão ainda intervenções do MNE, da EGEEAC, da PGR e do diretor-adjunto do semanário *Expresso* Nicolau Santos. Há também conferências sobre interpretação nos tribunais, concorrência e economia e desporto. Representantes do AICEP e da Associação Cabo-Verdiana falarão aos participantes. No final de cada dia terá lugar a uma sessão sobre terminologia, «para sedimentar o conhecimento».

A parte institucional compreende deslocações à Assembleia da República – «porque vai haver cada vez mais contactos entre o PE e a AR» – à Câmara Municipal de Lisboa e às agências europeias sediadas em Lisboa – o Observatório Europeu das Drogas e Toxicodependência e a Agência de Segurança Marítima.

Atendendo a que os participantes sabem português e conhecem Lisboa, o programa inclui visitas que «saem do óbvio», como a Fundação Champalimaud, a Casa *Fernando Pessoa*, os bairros de Campo de Ourique, Mouraria e Intendente, a Mãe d'Água e o Museu da Sociedade de Geografia, para além de deslocações às zonas de Setúbal/Palmela e Vila Franca de Xira.

Revista Camões dedicada ao design português



❗ No termo do Ano do Design Português, que decorreu entre junho de 2014 a maio de 2015, a revista *Camões – Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, lançada a 25 de junho, dedicou o seu 23º número ao tema, com o título *Territórios do design em Portugal*. O número da revista, que teve como conselho editorial os professores Maria Helena Souto, do IADE, e Fernando Brizio, da Escola Superior de Arte e Design das Caldas da Rainha, e edição de Alexandra Pinho, faz «uma reflexão sobre o diálogo entre o design nacional e o mercado internacional, analisando o

estado atual desta disciplina na dimensão portuguesa e as oportunidades para a sua internacionalização», segundo o comunicado que anunciou o lançamento.

Nas páginas da revista «encontram-se organizados, e ao dispor do leitor, cinco ensaios que abordam a história do *design* até aos nossos tempos, diversos pontos de vista, críticos e analíticos, sobre a realidade do *design* português na contemporaneidade e, ainda, a visão externa sobre essa realidade a partir de três convidados estrangeiros oriundos da Alemanha, Brasil e França».

O Ano do *Design* Português resultou de uma decisão do Secretário de Estado da Cultura em parceria com o Ministério da Economia e visou «posicionar Portugal como país inovador e contemporâneo», bem como «assumir este domínio – que nos últimos anos tem revelado um crescimento exponencial –, como uma área chave para o desenvolvimento» de Portugal.

«Neste contexto, o Camões, I.P. promoveu, entre outras ações no âmbito da sua atuação, a edição de um número da sua revista focalizada no design português, com especial enfoque na criação portuguesa na segunda metade do século XX e no design português do século XXI».

Colaboram na edição Bruno Carvalho, Cristina Reis, Eduardo Afonso Dias, Fernando Brizio (Conselho Editorial); Frederico Duarte, Inês Simões, Hans Maier-Aichen (Alemanha), João Palla Martins, João Paulo Martins, José Bártolo, Luiz Salomão Ribas (Brasil), Maria Helena Souto (Conselho Editorial), Mário Moura, Pedro Cortesão Monteiro, Rui Afonso Santos, Sam Baron (França) e Vera Sacchetti

Com uma tiragem média de 1.000 exemplares a revista é distribuída em diversas partes do mundo, através da rede Camões, I.P. e será brevemente colocada no circuito comercial pela distribuidora MARKA.

Lusa lança sítio nos 40 anos das independências



❗ O Auditório do Camões, I.P. acolheu a 2 de julho o lançamento do sítio na internet da Agência Lusa *Dias da Independência*, que recorda a independência dos países de língua oficial portuguesa.

Através de conteúdos multimédia de acesso gratuito, a agência Lusa faz um retrato jornalístico

sobre os acontecimentos que levaram às declarações de independência de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, bem como um olhar sobre a sua evolução política, económica, social e cultural.

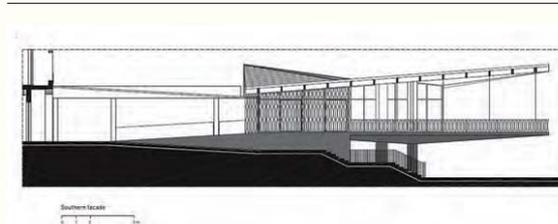
Organizado por páginas autónomas dedicadas a cada país, o sítio apresenta trabalhos preparados pela redação da Lusa, em especial pela sua rede de correspondentes. Será também possível consultar, com acesso livre, as notícias produzidas diariamente pela Lusa sobre os seis países que se tornaram independentes depois do 25 de Abril de 1974.

«Com este sítio, a Lusa quer assinalar e contribuir para a compreensão de um dos períodos mais importantes da história de Portugal e desses seis países, traduzindo também a sua vocação pela Lusofonia», afirmou no lançamento Fernando Paula Brito, diretor de informação da Lusa.

Visando a preparação de jornalistas, e futuros jornalistas, para os desafios da sua profissão, e em particular, o jornalismo de agência, a Lusa em parceria com o ISCTE, apresentou também, a 2ª edição do curso *Pós Graduação em Jornalismo Internacional em Língua Portuguesa* ISCTE-IUL/Agência LUSA.

A pós-graduação tem como objetivo ser uma referência no ensino de excelência do jornalismo em língua portuguesa, focalizado nos países em que este idioma é a língua oficial.

Arquitetos portugueses premiados em Barcelona com projetos de reabilitação



❗ Duas reabilitações, uma das quais de interiores, assinadas por arquitetos portugueses foram galardoadas nos Prémios FAD 2015, atribuídos pela ARQUINFAD – Associação Interdisciplinar de Desenho do Espaço da FAD (Fomento das Artes e do Desenho), de Barcelona, entre cujos patrocinadores está o Camões, I.P.

O arquiteto Pedro Campos Costa venceu *ex-aequo* a competição de arquitetura dos Prémios FAD 2015, pela renovação do 'Ozadi Tavira Hotel', enquanto a dupla de arquitetos Patrícia Marques e J. Paulo Costa ganhou a competição de desenho de interiores pelo seu projeto de reabilitação da Biblioteca de São Paulo de Apelação, em Loures.

Os Prémios FAD, atribuídos a pessoas e entidades que tenham apresentado obras terminadas durante o ano anterior na Península Ibérica e ilhas, são tidos como dos mais importantes na área da arquitetura ibérica. À edição de 2015, cujos resultados foram anunciados no início de julho, concorreu um total de 458 obras, sendo o maior número de candidaturas na categoria de 'arquitetura' – 175 obras. O 'desenho de interiores' contou com 111 projetos, o prémio de 'cidade e paisagem' com 34 e as 'intervensões efémeras' com 63 candidaturas. Os restantes concorrentes distribuíram-se pelas categorias 'internacional' e 'pensamento e crítica'. O júri foi composto por Víctor López

Cotelo (Presidente), Ignasi Bonet, Agustí Costa, Mónica Rivera, Mariana Pestana e Gabriel Valeri.

Entre as obras concorrentes selecionadas para a final, na categoria de 'arquitetura', encontravam-se dois outros projetos de autores portugueses: 'Casinha no Porto', de Paulo Moreira, e 'Casa E/C', na ilha do Pico, Açores, de Inês Vieira da Silva e Miguel Vieira. Em desenho de interiores, estiveram entre os projetos finalistas a 'Casa da Cultura de Pinhel', de Luís Sobral, Carlos Azevedo, João Crisóstomo e Carlos Guimarães, e 'ACAE – Apartamento na Calçada da Estrela', em Lisboa, de José Maria Cumbre e Nuno Sousa Caetano. O 'Armazém do Mercado', no Funchal, foi o único projeto selecionado para a final na categoria 'cidade e paisagem', para além do projeto vencedor, enquanto a nova série do *Journal Arquitectos*, da Ordem dos Arquitetos de Portugal, foi finalista na categoria 'pensamento e crítica'.

Ao premiar a renovação do 'Ozadi Tavira Hotel', *ex-aequo* com a 'Casa Bastida de Begur', em Girona, dos arquitetos Elisabet Capdeferro i Pla e Ramon Bosch i Pagès, o júri escreveu que «a renovação do Hotel construído nos anos 60 ergue-se com inteligência e sensibilidade destacando-se os valores da construção original». O projeto, acrescentam, «atinge o seu ponto alto na reformulação do piso de acesso e numa nova

área de piscina com um pavilhão para cafeteria e vestiários». «O novo pavilhão, de geometria complexa, integra-se com discrição muito subtil entre o edifício existente e a nova zona balnear», refere o júri, para quem o projeto consegue «concretizar uma configuração acolhedora em que a arquitetura acompanha e se torna bem-estar».

Em relação à Biblioteca da Apelação, uma obra também dos anos 60, o júri distinguiu a intervenção por ter sido criado um «ambiente de unidade de recolhimento, envolvente, simples e sereno, muito propício à leitura».

Segundo o seu ateliê, Pedro Campos Costa, que tem entre os seus projetos a Extensão do Oceanário de Lisboa e o Centro de Empresas In Castro, em Castro Verde, foi em 2014 curador do Pavilhão Português na 14ª Exposição Internacional e Arquitetura, La Biennale di Venezia, com o projeto *Homeland. News from Portugal*. Tem outros prémios nacionais e internacionais no seu currículo, com destaque para o 'A.Prize Exposynergy', pela Trienal de Milão, o Prémio Valmor da Câmara Municipal de Lisboa e o 'Europe 40 under 40' pelo European Center for Architecture Art Design.

Tem sido também professor e orador em diversas universidades em todo o mundo e foi redator da revista *D'Ars*, de Milão, entre 2000 e 2009, e membro do Conselho Editorial da Redação da equipa editorial do *Journal Arquitetura*, entre 2012 e 2014.

O FAD é uma associação privada sem fins lucrativos criada em Barcelona, com o objetivo de promover o desenho e a arquitetura na vida cultural e económica do país, articulando-se com várias associações profissionais relacionadas com estas disciplinas.

Camões no Mundo

Espanha

Até 18 de setembro de 2015 está aberto o prazo para a receção de obras traduzidas de português para catalão, concorrentes ao XV Prémio de Tradução *Giovanni Pontiero*, promovido pelo Centro de Língua Portuguesa de Barcelona/ Camões, I.P. e a Facultat de Traducció i d'Interpretació, da Universitat Autònoma de Barcelona (UAB).

Portugal

Está decorrer desde junho o festival Sete

Sóis Sete Luas, que nesta 23ª edição percorre até setembro 9 cidades portuguesas – Ponte de Sor, Pombal, Castelo Branco, Elvas, Oeiras, Alfândega da Fé, Madalena, Odemira e Castro Verde. Consultar a programação em <http://www.festival-7sois.eu/pt-pt/category/ano-do-festival-em-2015/>

Chile/Uruguai

Exposição *A Janela de Saramago*, de João Vilhena, no Centro Cultural Espanha em Santiago do Chile até 25/07, e no Centro de Fotografia de Montevideo, até 30/11/2015



Camões, I.P.

Av. da Liberdade, n.º 270
1250-149 Lisboa

TEL. 351+213 109 100

FAX. 351+213 143 987

www.instituto-camoes.pt

jlencarte@camoes.mne.pt

PRÉSIDENTE Ana Paula Laborinho

COORDENAÇÃO Paula Saraiva

COLABORAÇÃO Carlos Lobato